

Autores : Rodrigo dos Santos Borges; Cristiane Moreira da Silva; Ayla de Almeida Silva; Raquel Silva Pereira; Thaís de Freitas Martins
Escola: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Engenheiro Paulo de Frontin
Cidade: Engenheiro Paulo de Frontin
Contato de e-mail: geografia.cepf@ifrj.edu.br

INTRODUÇÃO

A proteção a saúde é direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) ratificado pela Constituição Federal de 1988 que garante acesso universal e gratuito a todos os serviços necessários para promover, proteger e recuperar a saúde de todo residente em território nacional.

O chamado Sistema Único de Saúde (SUS) é a única fonte de atendimento para cerca de 75% da população brasileira que o procura para garantir seu bem-estar físico, psicológico e social (PIVETTA, 2013). Nosso sistema vem se conformado como um dos maiores mundo, o que não o isenta de muitos problemas e desafios.

Como a garantia legal não significa que a saúde pública esteja se materializando para todos. Avaliar o nível de garantia de acesso aos serviços públicos é especialmente importante em um país historicamente marcado por enormes déficits de cidadania para boa parte de sua população (Santos, 2007).

Entendemos serem muito relevantes os estudos que publicizem o perfil de oferta dos serviços públicos visando qualifica-los, por isso, objetivamos avaliar o nível de efetividade do sistema público de saúde nos municípios de Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira, as unidades administrativas mais próximas ao campus Engenheiro Paulo de Frontin do IFRJ.

Como é no território que se materializa o direito à saúde, é a partir da análise sobre sua instrumentalização que avaliaremos a distribuição espacial das unidades de saúde como uma das formas de perceber sua capacidade de atender às necessidades da população dos municípios estudados.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pretendemos conhecer a natureza do fenômeno de forma crítica, por isso, nosso trabalho é fundamentado em pesquisa exploratória de caráter quali-quantitativo, norteado por revisões bibliográficas e documentais temáticas com o suporte de bibliotecas científicas virtuais, a exemplo do Google Acadêmico e Scielo. Também foram importantes as pesquisas com dados estatísticos e de geolocalização das unidades de saúde pois a partir do uso de softwares de tratamento e visualização digital de resultados, pudemos produzir diversos materiais de divulgação dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos objetivos do projeto é relacionar o uso de tecnologias digitais para extração e tratamento de dados com análises teóricas e documentais, para diversificar as formas de apresentação dos resultados, visando aproximar a pesquisa das pessoas interessadas. Além dos tradicionais resumos e artigos científicos, desenvolvemos um site que é alimentado continuamente com cada avanço do projeto.

Após as revisões bibliográfica e documental, foi feita uma extração dos dados globais dos estabelecimentos cadastrados nos dois municípios para a competência 03/2021 no portal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). O tratamento dos dados objetivou quantificar as unidades de saúde pública em funcionamento nas localidades (Tabela 1).

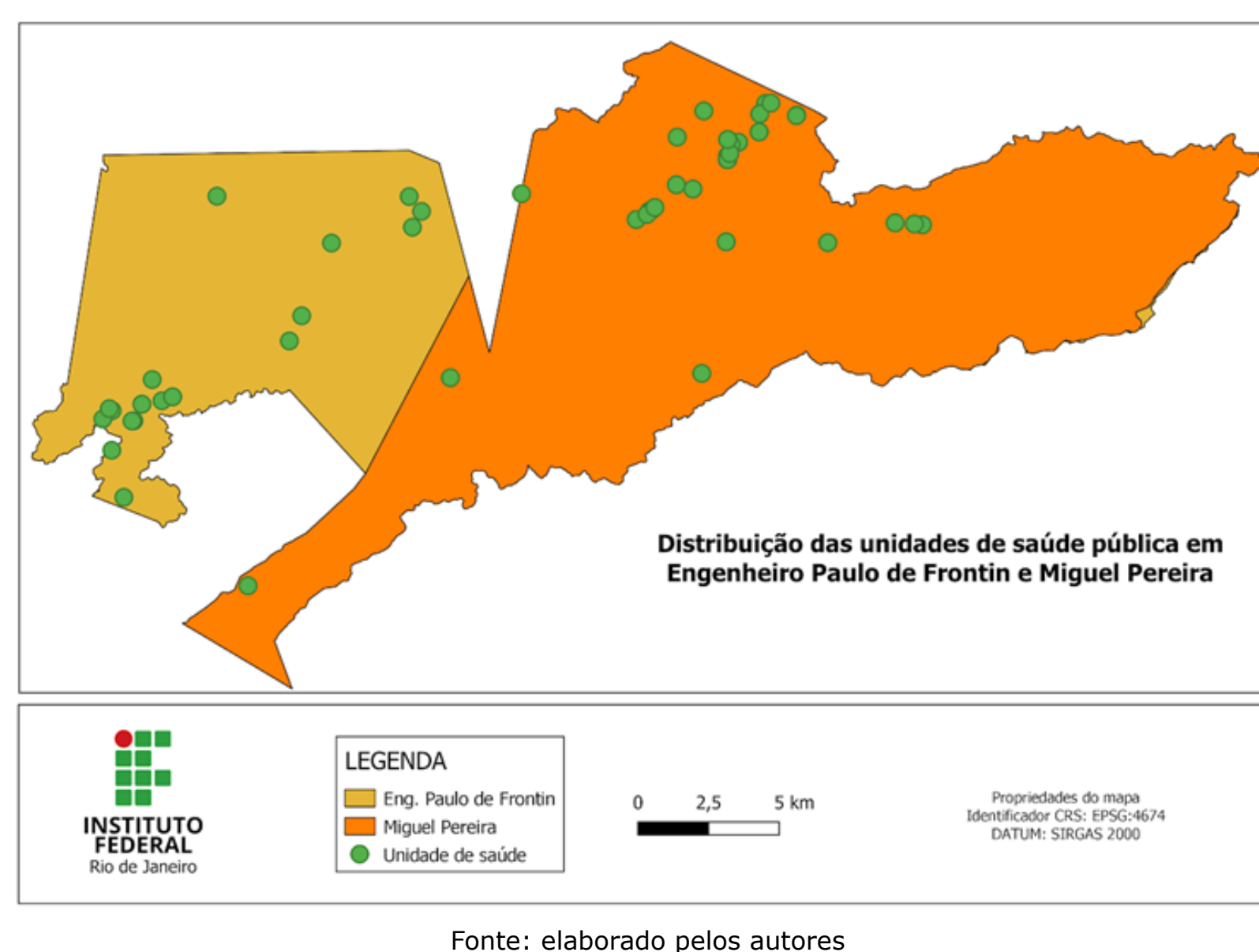
Tabela 1. Universo de estabelecimentos cadastrados e tipologia de administração

Município	Total	Administração pública	Administração privada
Eng. Paulo de Frontin	24	23	1
Miguel Pereira	88	39	49

Fonte: Adaptado por CNES/03/2021

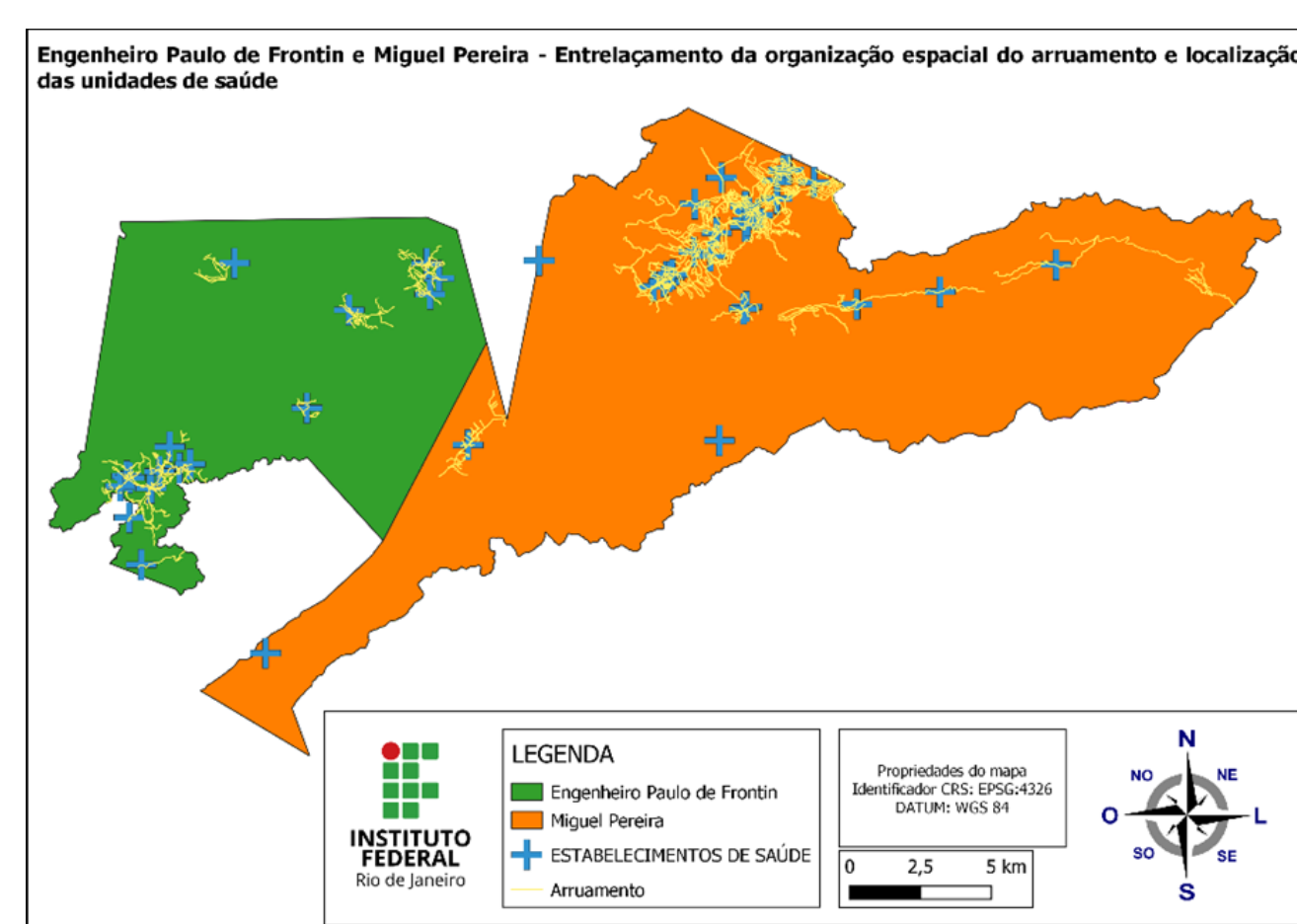
O passo seguinte envolveu o cruzamento das informações sobre as unidades públicas em funcionamento nos municípios estudados com sua geolocalização visando construir de uma série de produtos cartográficos que pudessem ilustrar, sob diversas métricas de avaliação, o perfil organizacional da espacialização da saúde pública nas áreas em estudo.

Mapa 1. Com a espacialização das unidades, percebemos diversas áreas sem a presença de serviços de saúde. Era preciso compreender a lógica que explicava essa distribuição.



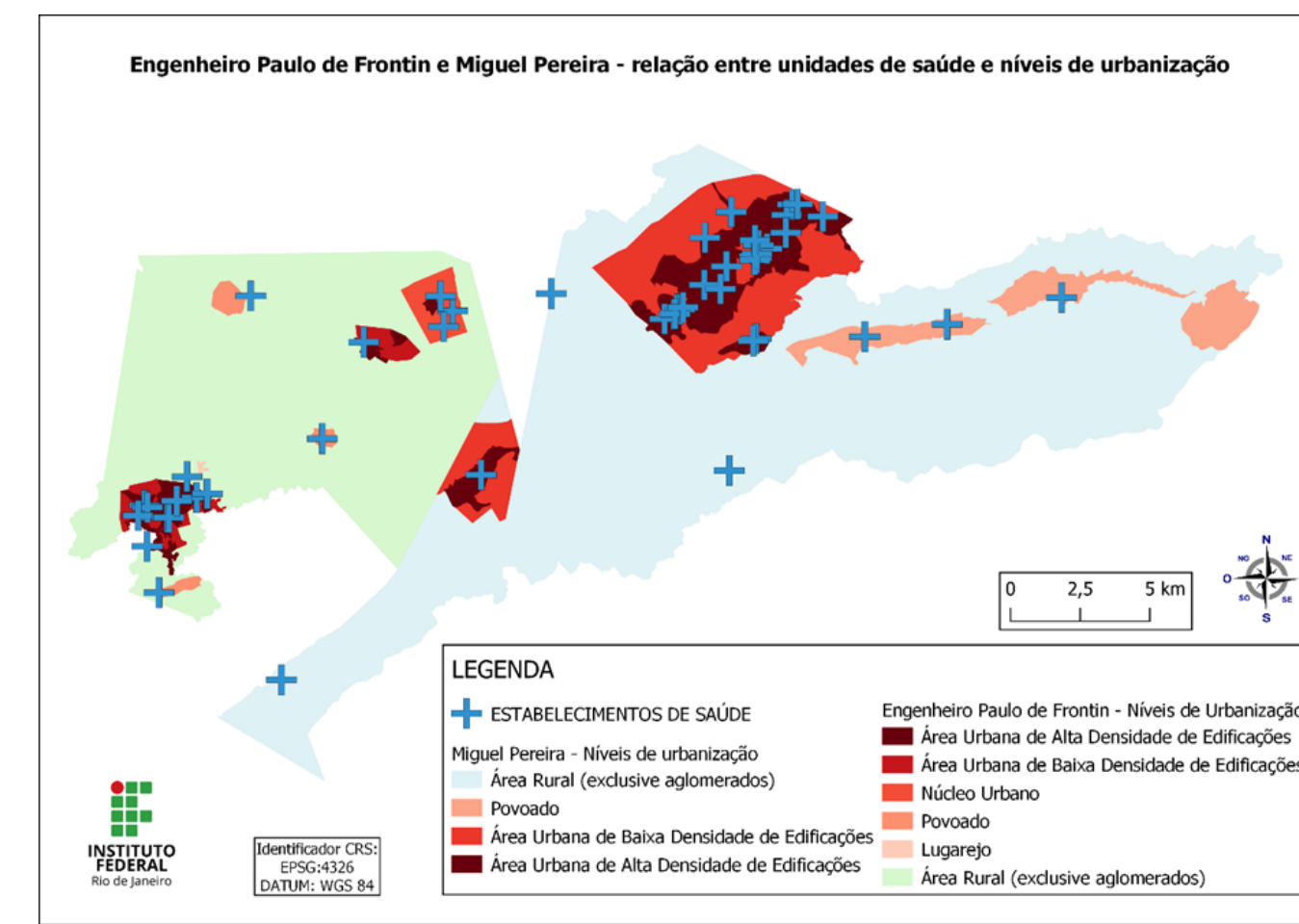
Fonte: elaborado pelos autores

Mapa 2. O cruzamento da localização das unidades com o arruamento dos municípios foi um forte indicio de que os estabelecimentos estavam acompanhando o perfil histórico de ocupação do espaço das localidades.



Fonte: elaborado pelos autores

Mapa 3. O cruzamento da localização das unidades com os graus de urbanização nos fez concluir que as unidades seguem o padrão de ocupação em cidades caracterizadas pela lógica interna do tipo centro-periferia.



Fonte: elaborado pelos autores

Neste tipo de cidade, o centro principal acaba concentrando parte relevante da população e dos serviços disponíveis, gerando um grande fluxo de pessoas das localidades de entorno para este núcleo, visando usufruir das benesses concentradas na área central.

Imagem 1. Modelo esquemático da ordem urbana centro-periferia

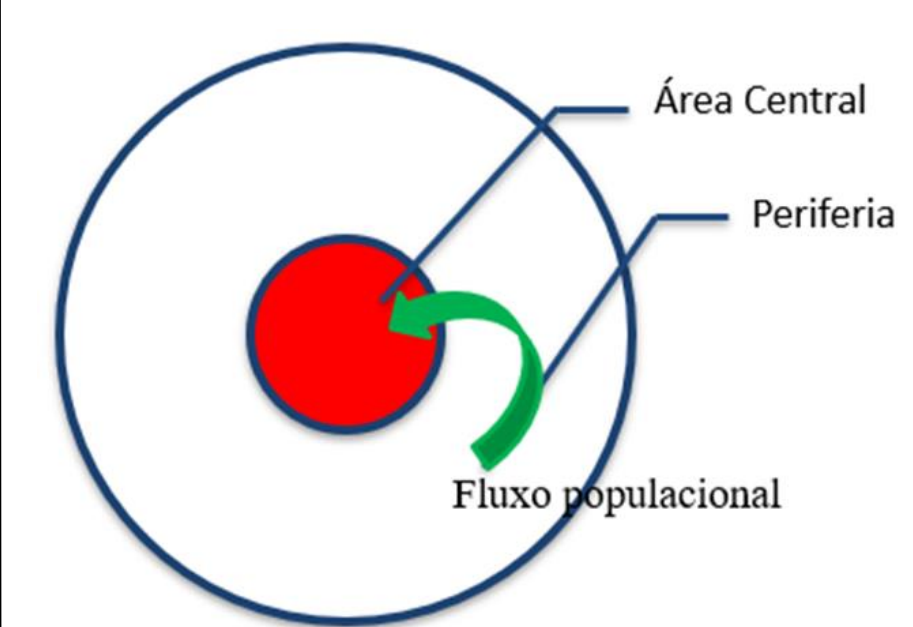
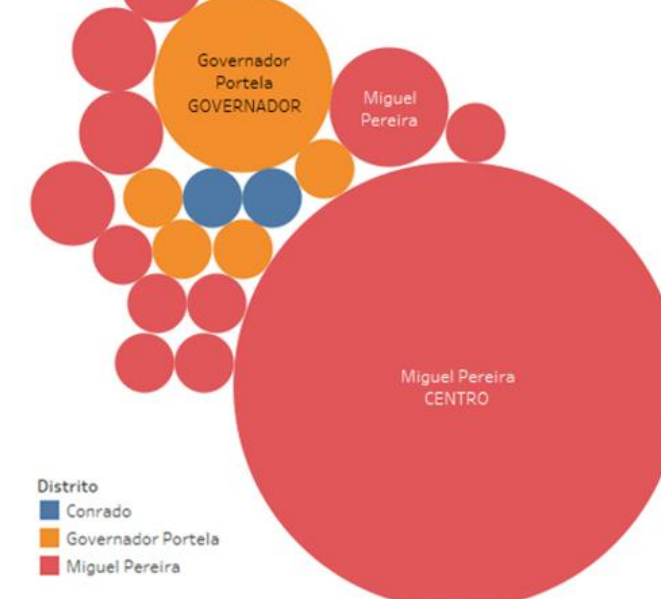


Imagem 2. Representação gráfica do número de unidades de saúde por distrito



Em Miguel Pereira é especialmente relevante o peso da relação centro-periferia na distribuição das unidades. Dos 88 estabelecimentos cadastrados no município, 56 estão localizados no centro da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo sobre a tipologia de territorialização das unidades de saúde faz parte de uma pesquisa maior que visa avaliar como vem se efetivando o direito a saúde dos habitantes dos municípios em estudo. Como ainda vamos estudar o perfil profissional e a infraestrutura geral dos estabelecimentos públicos de atenção, a modelagem territorial centro-periferia será importante para avaliarmos se existem diferenças de qualidade entre as unidades localizadas próximas ao centro urbano principal e as de interior.

AGRADECIMENTOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].
- PIVETTA, Saulo Lindorfer. Direito Fundamental à Saúde: Regime jurídico-constitucional, políticas públicas e controle judicial. Dissertação [Mestrado em Direito] - Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017. 270 p.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.